

Sem tempo para o príncipe Encantado

Ensino esmerado das filhas
de D. Pedro II foi pioneiro num tempo
em que mulheres não estudavam

GERMANA BARATA E RENATA SARAIVA

Profissionais bem-sucedidas, que não medem esforços nem tempo para a educação continuada, com cursos de língua, especializações, pós-graduações, MBAs. A emancipação feminina do século 21 é reflexo direto da presença das mulheres na educação formal durante o século 20, quando se observou, no Brasil, a predominância das mulheres nas turmas que concluíram a universidade – em 2002, elas representavam 63% dos formandos, segundo o Censo de Ensino Superior.

Essa é uma realidade que em pouco mais de um século jogou terra sobre uma educação voltada para a formação exclusiva de mães de família, com ênfase nas habilidades para corte, costura e bordado, alimentando uma sociedade voltada para o domínio dos varões, esses sim incentivados a aprender mais que ler, escrever e contar. Até 1879, as mulheres eram proibidas por lei de frequentar cursos de ensino superior e, no ensino básico, seus conhecimentos restringiam-se à economia doméstica, além de excluírem noções de geometria, limitando o aprendizado da aritmética às quatro operações básicas.

Uma exceção apareceu no coração do Império, com o preparo da princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança (1846-1921) e sua irmã, Leopoldina Teresa (1847-1871), filhas de D. Pedro II. Elas receberam uma rigorosa educação formal, considerada, para os padrões da época, masculina. Das 7 da manhã às 9 e meia da noite, as aulas, ministradas nas dependências imperiais, incluíam conhecimentos científicos, principalmente o da química. É o que constatou o pesquisador Carlos Filgueiras, químico da Universidade Federal do Rio de Ja-



A família real em Petrópolis, com Isabel à direita de D. Pedro II: filhas receberam ensino em moldes masculinos

neiro (UFRJ). Seu estudo, baseado em documentação pertencente à família imperial brasileira, guardada no Arquivo de Grão Pará, em Petrópolis (RJ), foi publicado recentemente na revista *Química Nova*, vol. 27, nº 2.

Filgueiras mostra que a preocupação com a educação científica das princesas era fruto do interesse do imperador pela ciência em geral e, em particular, pela química. Além de se corresponder com químicos famosos, como Louis Pasteur (1822-1895) e Marcelin Pierre Eugène Berthelot (1827-1907), D. Pedro II realizava experimentos em seu laboratório, na Quinta da Boa Vista, e participava da Academia de Ciências de Paris.

Decisões - O imperador era também apaixonado por fotografia e processos de revelação, como demonstrou a exposição *De volta à luz*, apresentada em São Paulo de junho a outubro de 2003. “Existe um debate que diz que o imperador se pretendia um cientista. Considero a discussão falsa, pois acredito que ele achava que um governante deveria se interessar por muitos assuntos e acompanhar o progresso das ciências e de suas aplicações, o que facilitaria o processo de tomada de decisões”, explica Filgueiras.

Proporcionar uma educação formal rígida às filhas significava para o imperador garantir o preparo para a futura governante. Dos quatro filhos que teve com a imperatriz Tereza Cristina, os dois herdeiros homens morreram prematuramente, deixando para Isabel, aos 14 anos, a responsabilidade de ser a sucessora do pai. Assim, em 1860, após juramento à Constituição do Império diante do Senado Imperial, a filha mais velha de D. Pedro II recebeu o título de Princesa Imperial.

Quatro anos antes, contudo, o imperador já se preocupava com a educação de suas herdeiras. Contratou a condessa de Barral, D. Luísa Margarida Portugal de Barros, para ser a preceptora das princesas. Era sua missão garantir às meninas uma educação não



REPRODUÇÃO

Graça e elegância: moças de boa família deveriam se preparar para representar socialmente os seus maridos

diferenciada da recebida pelos homens da elite, mas que fosse combinada com a recebida por mulheres. Barral também supervisionava o ensino de cerca de 20 disciplinas, podendo, inclusive, impor castigos às meninas, quando necessário.

Inúmeros profissionais de alto gabarito, alguns com especialização na Europa, dividiam-se no ensino das línguas (latim, grego, português, francês, inglês, alemão e italiano), das artes (literatura, piano, desenho e pintura), filosofia, história, álgebra, química, física, zoologia, botânica, mineralogia, geologia, geografia, geometria e cosmografia. “Muitas vezes, o próprio imperador tomava o lugar dos professores, pois gostava muito de estar presente na educação das filhas”, afirma Filgueiras. O rigor também existia na hora da avaliação, feita por meio de provas e de um detalhado boletim, escrito em francês. Foi através desse boletim que Filgueiras constatou que Isabel era a mais aplicada das meninas, destacando-se em química, disciplina pela qual se interessava também fora da sala de aula por força da fotografia, como o pai.

Fora das dependências imperiais, a realidade era outra, embora, no decor-

rer do século 19, diversas vozes da sociedade clamassem pelo aprimoramento e o acesso à educação por parte das mulheres. “No início do Império, o que se oferecia às meninas era o ensino doméstico limitado às primeiras letras e às habilidades manuais, noções de música e dança, bordados e quitutes caseiros. Nada de mais, mas também nada de menos do que necessitava a sociedade de então”, explica Eliane Marta Teixeira Lopes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“Por incrível que pareça, muitas vezes a alfabetização era um impedimento para que os pais matriculassem suas filhas em escolas. A leitura era vista como menos perigosa – pois era possível controlar a circulação de livros –, mas a escrita, como forma de expressão, era vista como perigo a que as meninas não podiam estar expostas”, salienta a professora.

No decorrer do século, cresceu o número de estabelecimentos particulares destinados ao ensino das meninas. “As escolas, ou simplesmente as aulas, funcionavam nas casas de suas fundadoras e acolhiam limitado número de alunas a quem ofereciam parques conhecimentos”, diz Eliane. Também em escolas religiosas, as filhas da elite apren-



REPRODUÇÃO

A mestra e suas discípulas: professoras serviam como exemplo para as alunas, com controle rígido sobre fala e atitudes

diam a leitura, a escrita, noções básicas de matemática e, para complementar, piano e francês.

“As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de ‘mando’ das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças”, explica Guacira Lopes Louro, professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além de boa companhia para seus maridos, essas moças precisavam estar preparadas para representá-los socialmente.

As transformações sociais e políticas do Império e, posteriormente, a proclamação da República levaram naturalmente a mudanças na forma como as mulheres tiveram acesso à educação no século 19. Havia, nas últimas décadas do século, uma preocupação com a modernização da sociedade, a higienização da família, a construção da cidadania dos jovens. Algumas vezes, como a de Benjamin Constant, pretendiam colocar o ensino a serviço da mentalidade positivista e dos estudos científicos.

“A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e ao progresso levou os condutores da

sociedade a arremeter as mulheres das camadas populares”, explica Guacira. “Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país”, continua. Apesar disso, a democratização ampla do ensino para as mulheres só ocorreu no século 20.

Ainda que abrisse espaço para a emancipação, a nova visão da educação feminina em fins do século 19 não significava a ruptura total da necessidade de educar para o lar. Para muitos, o ensino cristão era essencial e, para outros, o estudo das ciências contribuía para o fim das superstições, o que resultaria em mulheres mais bem preparadas para a maternidade.

Foi assim, entre a visão de uma mulher com a pureza maternal de Maria, nos princípios cristãos, e a de uma mulher gabaritada pelos conhecimentos científicos, que o magistério surgiu como o primeiro campo de trabalho para as mulheres brasileiras. “Esse fenômeno não é só brasileiro. Também na França o magistério foi um importante campo de trabalho para as mulheres no século 19”, diz Guacira Lopes.

“O magistério era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher.” Assim, a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. E as professoras serviam como modelo a suas alunas, exercendo um estrito controle sobre suas falas, posturas, comportamentos e atitudes.

Os padrões de ensino para a formação dessas professoras nos cursos “normais”, porém, continuaram bastante semelhantes aos dos tempos em que a educação era voltada apenas para o lar. A economia doméstica, por exemplo, permaneceu, agora não mais como uma simples transposição dos conhecimentos adquiridos em casa, mas como uma disciplina mais

complexa, apoiando-se em conceitos científicos, adotando uma roupagem escolar e didática.

Sustento - Também o magistério, embora fosse o primeiro passo para a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda não rompia a forma como a sociedade era conduzida por homens. Ao ocupar as salas de aulas, as mulheres os desincumbiam do papel de professores, liberando-os para outras atividades mais rentáveis – por exemplo, dirigir as escolas em que elas eram as professoras. Ao mesmo tempo, filhas de famílias menos privilegiadas tinham ali boa alternativa de sustento, muitas vezes a única.

A ruptura total só veio mais tarde, no século 20, com a crescente proliferação de mulheres em diferentes postos do mercado de trabalho, cargos públicos, administrativos e atos políticos. Antes, contudo, ficou provada a eficácia da educação da princesa Isabel. Ela regeu o Império três vezes e, na ausência do imperador, substituiu o governador com os gabinetes Rio Branco (1871 a 1872), Caxias (1876 a 1877), Cotegipe e João Alfredo (1877 a 1888). Sancionou a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país, em 1888. ●